

A Agroecologia na região Nordeste do Brasil

Amaury da Silva dos Santos

Embrapa Tabuleiros Costeiros.

E-mail: amaury.santos@embrapa.br

O processo de modernização da agricultura brasileira tem se pautado na intensificação tecnológica dos sistemas de produção, a qual tem se manifestado no aumento da produtividade e renda de uma parte dos agricultores, principalmente aqueles ligados ao agronegócio. No entanto, agricultoras e agricultores familiares (em número quantitativo bem maior) apresentam grande diversidade no uso de tecnologias e na sua geração de renda, a qual deriva de diferentes fatores.

Na região Nordeste esse quadro se reproduz. No entanto, o número de famílias agricultoras em vulnerabilidade produtiva, social e ambiental é muito grande, agravando-se ainda mais na região semi-árida, onde a limitação de água compromete muito seus agroecossistemas. Neste contexto, existe um consenso da necessidade de desenvolvimento fundamentado em condições de sustentabilidade social,

econômica e ambiental. Assim, presume-se a elevação do uso de tecnologias e insumos sustentáveis que contribuam não só para o aumento da rentabilidade, mas também para a superação de problemas sociais, ambientais e ecológicos.

Observa-se assim a necessidade de se criar alternativas para que os atuais agroecossistemas baseados em pacotes tecnológicos possam migrar para modelos sustentáveis de produção e, em algumas situações, que sistemas de produção já consolidados por agricultores familiares sejam potencializados e reproduzidos por outros agricultores. Assim, surge a Agroecologia como uma ciência capaz de produzir as respostas necessárias a partir do diálogo de saberes envolvendo a academia e os saberes das famílias agricultoras.

Dentro desse contexto, essa publicação tem por objetivo retratar como a Agroecologia tem evoluído na região Nordeste, tendo como base as experiências nos estados de

Foto: Cícero Gomes dos Santos e Ricardo Luiz Rocha Rarmalho Cavalcanti.

Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

A região Nordeste do Brasil apresenta grande variabilidade de ecossistemas, desde a sua região litorânea até a Caatinga, com conhecimentos populares igualmente diversos em magnitude. Nos textos apresentados a seguir é possível observar as diferenças na construção do conhecimento agroecológico na região Nordeste, no entanto, de maneira geral, destaca-se o papel fundamental da educação nesse processo.

Observa-se que a partir da década de 1980 ocorreram movimentos que questionavam o modelo tecnológico promovido pela chamada “Revolução Verde”. Foram organizados grupos e a participação em eventos, como os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, cujo último ocorreu em Porto Alegre em 1989. As discussões ocorridas naqueles espaços com especialistas, como a professora Ana Maria Primavesi, foram reproduzidas nas Universidades nos seus diferentes rincões, espalhando essa “nova” agricultura que surgia.

Com o passar dos anos, a criação de novas Universidades e Institutos Federais na área rural tem provocado uma revolução, nem sempre silenciosa. Houve uma expansão de cursos de ciências agrárias, muitos deles com grande participação de jovens filhas e filhos da agricultura familiar, de indígenas e comunidades tradicionais. No início, a Agroecologia era oferecida na forma de disciplina, obrigatória ou optativa. Mas logo em seguida, foram criados cursos de nível médio, tecnólogos, bacharelados em Agroecologia em praticamente todos os estados da região, além de pós-graduação com a temática.

A formação de redes foi outro processo que ganhou impulso, como destacado nos textos. Antes com grande protagonismo de instituições ligados às famílias agricultores, mas nos últimos tempos há a participação cada vez mais frequente de órgãos públicos de ensino, pesquisa e extensão, como na Rede Sergipana de Agroecologia e a Rede Mutum de Agroecologia, em Alagoas.

Com o suporte do CNPq, Núcleos de Agroecologia foram criados tanto em Universidades e

Institutos Federais, como em instituições de pesquisa e de extensão. Em muitos desses Núcleos houve uma grande aproximação com movimentos sociais, instituições representativas de agricultoras e agricultores, organizações governamentais, além da integração do tripé ensino-pesquisa-extensão. Ainda com aporte do CNPq, foi formada a Rede de Núcleos de Agroecologia da região Nordeste, carinhosamente chamado de RENDA. Essa rede promovia intercâmbios entre os diferentes Núcleos favorecendo grande integração entre a academia e setor produtivo, tendo contribuído significativamente na realização de diversos eventos, destacando-se o último Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) realizado em 2019 em Sergipe.

O CBA foi um momento de muita representatividade da Agroecologia da região Nordeste. Um número expressivo de participantes e de trabalhos acadêmicos, além das manifestações artístico-culturais que mostraram todo o potencial da região. Tudo em aproximação com o preconizado nos Núcleos de Agroecologia e os diálogos da academia e conhecimento popular, tão fortemente expostos nos textos a seguir.

Na construção de uma ciência com o protagonismo do diálogo do conhecimento acadêmico com o saber popular dos camponeses, no final do mês de abril de 2021, a Agroecologia perdeu uma de suas principais influências teóricas e práticas, o professor Francisco Roberto Caporal. Foi presidente da Associação Brasileira de Agroecologia e exercia o cargo de professor na Universidade Federal Rural de Pernambuco, junto ao Departamento de Educação, onde coordenava a área de Extensão Rural. Apesar de sua partida precoce, deixou expressivo legado que, quase que obrigatoriamente, é referencial para cada um dos textos aqui publicados.

Caporal Presente!

Agroecologia em Alagoas: cenário atual e perspectivas futura

Cícero Gomes dos Santos¹

Ricardo Luiz Rocha Ramalho Cavalcanti²

¹Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: cgomes@arapiraca.ufal.br

²Instituto Terraviva – Alagoas.

Histórico

Alagoas é um dos nove estados que compõem a região Nordeste, ocupando uma área territorial de 27.933 km² (IBGE, 2010). Sua economia é, fortemente, influenciada pela atividade agrossilvipastoril, vocação que vem sendo registrada desde os primórdios da colonização do Brasil, quando, ainda, fazia parte da capitania de Pernambuco. Tem participado do ciclo da cana-de-açúcar, que marcou sua história até os dias atuais, contribuindo para a elevada concentração de terras e um baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A cana-de-açúcar predominou na região mais úmida, sendo intercalada por culturas de subsistência e pecuária, nos ambientes não propícios ao

seu cultivo. Esse impedimento climático, por exemplo, proporcionou o apogeu da fumicultura no Agreste, a evolução da pecuária leiteira e o ciclo de ouro do algodão mocó no semiárido, bem como o predomínio das culturas de subsistência, altamente dependente das chuvas e da mão de obra familiar.

O modelo de exploração agropecuária em Alagoas, era centrado nas matrizes tecnológicas, que permitiam explorar grandes áreas, induzindo à concentração da terra e o cultivo limitado de poucas explorações, levando a agricultura familiar de base agroecológica, a se fixar em áreas marginais ou periféricas. Assim sendo, a agricultura praticada com essas características, pouco se desenvolveu, mesmo considerando a definição de Mendonça et al. (2014), como a ciência e